

História e Uso do Livro Didático na Educação

History and Use of Textbooks in Education

Mayara Rossi^{*a}; Elizimari de Queiroz Sobrinho^a; Júlio Cezar Zaniolo de Almeida^a; Sandra Regina Medeiros Oliveira^a; Elenice Ribeiro de Sousa^a; Renata das Dores Silva dos Santos^a; Janaina Patricia de Souza e Silva^a; Rosana Magalhães da Silva^a; Luzia Freitas Cordeiro^a; Patrícia Borges Ferreira^b

^aSecretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. MT, Brasil.

^bInstituto Federal de Mato Grosso. MT, Brasil.

*E-mail: professoramayararossi@hotmail.com

Resumo

O uso do livro didático é uma história bastante antiga, desde muito tempo já existiam manifestações escritas com objetivo de ensino. Na atualidade o uso do livro didático ainda persiste com muita intensidade. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo refletir sobre o uso do livro didático na educação, bem como resgatar a história de seu surgimento aos tempos atuais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão narrativa, de abordagem qualitativa, natureza básica e caráter exploratório. Para coleta de dados foi utilizada a plataforma de busca “Google Acadêmico”, utilizando-se os descritores “Livro didático and História” e “Livro didático and Educação”. A análise dos dados foi realizada segundo a análise da Livre Interpretação. Os resultados apontam que o uso de livros didáticos no mundo todo não é recente, sua história é antiga e sofre influências do mercado. Na atualidade o livro didático para muitos professores é como uma insubstituível muleta, ele serve para ensinar, o que ensinar e como ensinar, para outros serve como material de apoio para as aulas e em muito contribui para o aprendizado dos estudantes. O livro didático é o registro de um determinado tempo e momento, podendo inclusive por meio dele averiguar como estava estruturado o currículo de uma instituição e época em que foi utilizado.

Palavras-chave: Ensino. Manifestações Escritas. Professores. Resgate Histórico.

Abstract

The use of textbooks is a very old story, since a long time ago there were written manifestations with teaching purposes. Nowadays, the use of textbooks still persists with great intensity. In this sense, this study aimed to reflect on the use of textbooks in education, as well as recover the history of its emergence to current times. To this end, a bibliographical research was carried out, with a qualitative approach, basic nature and explanatory nature. To collect data, the search platform “Google Scholar” was used, using the descriptors “Textbook and History” and “Textbook and Education”. Data analysis was carried out according to Bardin’s content analysis. The results indicate that the use of textbooks around the world is not recent, its history is ancient and is influenced by the market. Currently, the textbook for many teachers is like an irreplaceable crutch, it serves to teach, what to teach and how to teach, for others it serves as support material for classes and greatly contributes to student learning. The textbook is a record of a specific time and moment, and through it you can even find out how the curriculum of an institution was structured and the period in which it was used.

Keywords: *Ensino. Manifestações Escritas. Professores. Resgate Histórico.*

1 Introdução

Os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em um número cada vez maior de países.

De acordo com Moreira e Díaz (2017) é importante entender a história dos livros didáticos e da Educação, pois esses elementos refletem e influenciam as práticas educativas e as políticas educacionais.

Nesse sentido, este artigo tem por intenção fundamental contextualizar a história do livro didático e o seu uso na educação, apoiando-se em autores como Bairro (2009), Bittencourt (1993), Cagliari (2009), Lajolo (1996), Freitas e Rodrigues (2008), Silva (1996), entre outros. Portanto, a questão a ser respondida ao final desta pesquisa se constitui

em: Qual é a história do Livro Didático e sua importância para a Educação?

A fim de contextualizar o livro didático no Brasil, primeiramente, é necessário retomar de forma sucinta as primeiras manifestações impressas com o objetivo de ensino. Para tanto, serão elencados dados do contexto europeu e a organização da educação. É importante destacar que o livro didático é um material de extrema importância para se estudar a História da Educação, pois ele é prova das circunstâncias em que o ensino de determinado lugar e período atravessaram.

O livro didático pode ser focado como amostra dos interesses políticos e ideológicos de uma nação. Trata-se de um tipo de material de significativa contribuição para a história do pensamento e das práticas educativas ao lado de outras fontes escritas, orais e iconográficas.

Além disso, o livro didático é portador de conteúdos

reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade que, simultaneamente à historiografia da educação e da teoria da história, permitem rediscutir intenções e projetos de construção e de formação social.

2 Material e Métodos

O presente estudo caracteriza-se metodologicamente como de abordagem qualitativa, natureza básica, caráter explicativo e quanto ao procedimento como uma pesquisa bibliográfica.

Para fundamentar a escolha pela abordagem qualitativa recorre-se a Sampiere, Collado e Lúcio (2013), ao afirmarem que o enfoque qualitativo não analisa à medição numérica na coleta de dados para encontrar ou aperfeiçoar perguntas de pesquisa no processo de interpretação. Nesse enfoque, faz-se a opção por descrever de maneira esmiuçada os eventos, interações, situações e condutas observadas pelo investigador.

Ainda segundo Sampiere, Collado e Lúcio (2013), a pesquisa qualitativa é um tipo de investigação que busca compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes e do contexto em que ocorrem. Este tipo de pesquisa se caracteriza pela coleta de dados não numéricos, como entrevistas, observações e análise de documentos, com o objetivo de explorar e descrever experiências, comportamentos e interações humanas de maneira profunda e detalhada.

A pesquisa qualitativa valoriza a subjetividade e a complexidade dos fenômenos sociais, enfatizando a interpretação dos significados e a compreensão dos processos em vez da quantificação dos dados. Ela utiliza métodos flexíveis e dinâmicos, permitindo ajustes ao longo do estudo para capturar a riqueza e a profundidade das informações (Sampiere; Collado; Lucio, 2023).

No que concerne à pesquisa bibliográfica Marconi e Lakatos (2003), descrevem que este tipo de investigação abarca o conglomerado de estudos já publicados em relação ao tema de estudo, que vão desde publicações avulsas, até meios de comunicação orais, com o propósito de colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre a temática. Além disso, ressalta-se que não se pode dizer que é uma repetição do que já foi falado ou escrito sobre um determinado tema, mas a análise de um assunto sob um novo olhar com percepções diferentes.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que tem como objetivo a coleta de conhecimento pré-existente sobre um determinado tema a partir de fontes publicadas. Isso inclui livros, artigos científicos, teses, dissertações, relatórios, entre outros documentos. Esse tipo de pesquisa é essencial para fundamentar teoricamente um estudo, fornecendo um panorama geral sobre o estado da arte do assunto investigado.

Dentro da pesquisa bibliográfica a presente pesquisa se classifica como revisão narrativa. Os artigos de revisão narrativa são amplamente utilizados para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado tema, abordando-o de maneira teórica ou contextual. Essas

revisões, no entanto, não detalham as fontes de informação, a metodologia de busca das referências, ou os critérios de avaliação e seleção dos trabalhos. Em vez disso, baseiam-se na análise da literatura existente e na interpretação crítica do autor. Essa categoria de artigos desempenha um papel crucial na educação continuada, permitindo aos leitores adquirir e atualizar conhecimentos sobre um tema específico rapidamente, apesar de não fornecerem uma metodologia replicável ou respostas quantitativas para questões específicas (Rother, 2007).

A pesquisa básica “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (Silveira; Córdova, 2009, p.34). Conforme Gil (2008) esse método (pesquisa básica) busca gerar conhecimentos novos e originais, sem aplicação prática imediata em vista. O principal objetivo da pesquisa básica é o avanço do conhecimento científico e a compreensão mais profunda dos fenômenos.

No que tange ao caráter exploratório, este tem como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. É um tipo de pesquisa que visa a esclarecer conceitos, desenvolver hipóteses e aprimorar ideias, sendo geralmente a fase inicial de um estudo mais amplo (Gil, 2008).

Para realizar a revisão narrativa utilizou-se como coleta de dados livros e artigos científicos, que abordavam a temática estudada. Para encontrar esses trabalhos as buscas foram realizadas por meio da plataforma “Google Acadêmico”. Os descritores utilizados foram os seguintes: “Livro didático *and* História” e “Livro didático *and* Educação”.

Inicialmente alguns trabalhos foram descartados após a leitura do título, em seguida os seus resumos foram lidos e nesta etapa mais trabalhos foram excluídos para a elaboração do texto deste artigo, enfim chegou-se a uma leitura prévia do material, na qual possibilitou o descarte de mais estudos, até que foram feitas leituras integrais dos artigos e livros. Essa última leitura foi acompanhada de fichamentos, seguido das devidas interpretações para a escrita do artigo.

O período de busca pelos trabalhos e obras quanto o desenvolvimento da presente pesquisa aconteceu entre os meses de janeiro e junho do ano de 2023.

A metodologia de análise dos dados adotada neste estudo foi a Análise da Livre Interpretação, que segundo Anjos, Rôças e Pereira (2019) não segue rigidamente métodos ou teorias predefinidos. Permite que o pesquisador utilize sua própria perspectiva, experiências pessoais, intuições e sentimentos para compreender e explicar o objeto de análise, onde no caso desta pesquisa é a leitura dos textos.

3 Resultados e Discussão

O livro examina as primeiras formas de educação na Antiguidade, incluindo as contribuições das civilizações grega e romana. Durante a Idade Média, a educação foi predominantemente influenciada pela Igreja, com os mosteiros e catedrais sendo os principais centros de ensino. Os livros

didáticos eram raros e manuscritos (Moreira; Díaz, 2017).

No Renascimento, por volta dos séculos XV e XVI começa-se a preocupação com a leitura de forma mais intensa, assim como a utilização da Imprensa (Cagliari, 2009). Com o crescimento da imprensa e as maiores possibilidades de divulgações o objetivo era colocar um fim aos escribas da Igreja, tirar os mesmos do poder, que até esse momento estavam monopolizando a escrita (Bairro, 2009).

No Renascimento, as pessoas que tinham o controle e o poder pela alfabetização eram a elite e o clero. Este último dependia das letras para ler e poder repassar o saber a respeito das sagradas escrituras, com vistas a induzir as pessoas que não sabiam ler a acreditar em sua doutrina. Porém, ainda sobre o período do Renascimento, surgiram os primeiros materiais escolares, um deles chamado de O ABC de Hu, criado por Jan Hus. O objetivo do uso do material era a alfabetização do povo e apesar de ter um cunho reformador possuía interesses ideológicos parecidos com os da igreja (Bairro, 2009).

Segundo Moreira e Díaz (2017) com o Renascimento, houve uma revitalização do interesse pelo conhecimento clássico e uma expansão do acesso à educação. A invenção da imprensa por Gutenberg revolucionou a produção de livros didáticos, tornando-os mais acessíveis e variados.

Até a chegada da reforma protestante a Igreja tinha poder sobre o povo e os reformadores brigavam pelo livre comércio e pela livre interpretação da palavra de Deus, sem a intervenção da Igreja. Dessa maneira, é possível perceber que o próprio clero era também capitalista, mas que estava escondido por detrás de sua batina. Após o início da reforma protestante (ano de 1525), edita-se a cartilha chamada BokeschenVor Levenond Kind, formada pelos dez mandamentos de Deus, várias orações, pelo alfabeto completo e números. Os protestantes dessa época lutavam para que o Estado tomasse conta da educação e que ela fosse desvinculada da Igreja (Bairro, 2009).

Chegando ao período do Absolutismo, no século XVI, a Educação ainda não estava ao alcance de todas as pessoas. Outro ponto a destacar é que não havia professores suficientes para atender o público, se ele fosse maior (Bairro, 2009)

Durante o Iluminismo, com a profusão das ideias promovidas pelo Liberalismo no ano de 1658, é editada a obra denominada “O mundo sensível em gravuras”, composta por diversas atividades e ilustrações. A crença era de que a educação precisava iniciar pelos sentidos. Ainda nesse momento, Comênius defendia ser possível ensinar tudo a todos (Bairro, 2009; Moreira; Díaz, 2017).

Em 1702 é escrito o “Guia para Escolas Cristãs” por São João Batista de La Salle, com diferentes lições para serem desenvolvidas. Mediante exposto afirma-se que até o século XVII todo material elaborado era direcionado aos ensinamentos bíblicos. Por conseguinte, o objetivo era passar saberes cristãos aos indivíduos, mesmo após a reforma protestante (Bairro, 2009).

No ensino da Revolução Francesa (1789) Joseph Hamel produz o livro chamado “Ensino Mútuo”, que foi usado durante o Império-Brasil, com vistas a fazer os estudantes que possuíam

maiores conhecimentos ensinar os que possuíam menos conhecimentos. Após a Revolução Francesa, caminhando para a Revolução Industrial são criados os primeiros jardins de infância, apenas com caráter assistencialista para atender aos filhos de operários (Bairro, 2009).

Em 1878, em Portugal, João de Deus publica a Cartilha Maternal com destaque para a leitura. Ele foi um poeta lírico, consagrado como à frente do seu tempo, e por essa razão, todos os seus livros ganhavam significativo destaque. Após essa cartilha ser publicada nasceu uma rede de escolas autônomas, designadas “Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus” (Moreira; Díaz, 2017).

A criação dessas associações estava vinculada a uma forma da escola se desvincular do governo, com intenção de formar cidadãos alfabetizados por escolas privadas (autônomas) e com um método eficaz e rápido, o que

[...] daria certa posição a instituição e seus coordenadores. Mesmo com a intenção de formar cidadãos alfabetizados de forma rápida e eficaz, observa-se a elitização, pois eram escolas privadas voltadas aqueles que tivessem condições financeiras (Bairro, 2009, p. 6).

Essa mesma cartilha por volta do século XIX chega as escolas portuguesas e brasileiras. Sendo considerada na história como o primeiro manual de alfabetização do Brasil. Essa e outros materiais eram importados de outros países porque no Brasil, até a vinda da Família Real, era extremamente proibida a publicação de livros nacionais. Antes de vinda a família real ao Brasil a imprensa não exercia serventia alguma, pois a população que habitava esse território não tinha interesses ligados a imprensa, etc. Depois o interesse pelas publicações de obras e texto nasce pela necessidade de apresentação de tarefas e lazeres da corte aos súditos (Bairro, 2009).

Em 1859, na cidade do Rio de Janeiro, o escritor brasileiro Francisco Alves da Silva Castilho, escreve o “Manual explicativo do método de leitura”. E com ele foi possível alfabetizar crianças de classe baixa e mais, mais frente a técnica foi passada para os adultos. Sua metodologia iniciava com o alfabeto, seguido de leitura coletiva, individual e exercícios (Bairro, 2009; Moreira; Díaz, 2017).

No ano de 1880 foi produzida por Hilário Ribeiro a Cartilha Nacional. Bem como, a Cartilha da Infância por Thomaz Galhardo. Em 1892, o primeiro livro de leitura, de Felisberto de Carvalho, é publicado. O autor era defensor da silabação, mesmo o método analítico sendo o mais defendido por outros. Essa cartilha esclarece que o método sintético tem que se manter no ensino (Bairro, 2009).

Em resumo, o século XIX foi marcado pela institucionalização dos sistemas educativos nacionais e pelo surgimento de novas pedagogias. Os livros didáticos começaram a ser padronizados e utilizados como ferramentas essenciais no ensino formal. As reformas educacionais e a alfabetização em massa impulsionaram a produção e a disseminação de livros didáticos (Moreira; Díaz, 2017).

No ano de 1907, a Cartilha Analítica, de Arnaldo Barreto também é publicada, dividida em compreensão e decifração e

foi usada em vários estados brasileiros. Em 1928, Lourenço Filho, escreve a Cartilha do Povo, formada por métodos mistos e ecléticos. Sua função era medir o nível da leitura e da escrita dos estudantes (Bairro, 2009).

No ano de 1930-1937, na Segunda República. Elabora-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defendia uma escola laica, gratuita e obrigatória. Além disso, havia a preocupação com o fascismo e o nazismo e o anseio de unir liberais e católicos (Bairro, 2009).

Em 1937, o Estado Novo,

[...] cria um órgão específico para formular políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), contribuindo para dar maior legitimação ao livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliando no aumento de sua produção (Bairro, 2009, p.10-11).

Em 1940 é publicada a Cartilha Sodrê de Benedicta Stahl Sodrê. Oito anos passados a cartilha intitulada Caminho Suave, de Branca Alves de Lima, também é publicada (Cagliari, 2009). Essa década ficou marcada pela Segunda Guerra Mundial. Além disso, o Brasil passava por processo de urbanização e crescimento do proletariado. Ainda nesse período, segundo a Constituição, deveria ser criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Bairro, 2009).

Acreditava-se nessa época que a educação enfim tomaria um rumo de igualdade. No entanto, o sistema de ensino continuou como antes. Os métodos para alfabetizar dos livros didáticos continuavam sua caminhada lenta. A exemplo disso, por volta de 1950, as cartilhas publicadas davam ênfase a uma leitura direcionada ao padrão social. A cartilha era considerada como um método perfeito, o professor como sendo aquele que possuía todos os saberes necessários para aplicar o método e sendo assim, a única dificuldade só poderia estar nas crianças (Cagliari, 2009).

No ano de 1966 foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) pelo Ministério da Educação e Cultura (Bairro, 2009). Em 1971 essa Comissão é extinta e o INL passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental. Cinco anos depois, o INL também é extinto e a Fundação Nacional do Material Escolar se responsabiliza pela execução do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Freitas; Rodrigues, 2008).

Com a publicação do decreto de nº 77.107, de 4/2/76 o governo começa a compra de livros com recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e com as contribuições dos estados. Todavia, esses recursos foram insuficientes para atender todos os estudantes e a única solução encontrada foi a exclusão do programa na grande maioria das escolas (Freitas; Rodrigues, 2008, p. 302).

Em 1983 cria-se a Fundação de Assistência Estudante para substituir à FENAME. Propõe-se nesse momento a participação de professores na escolha dos livros didáticos. Frisa-se que alguns estados já permitiam essa participação na escolha dos livros (Freitas; Rodrigues, 2008).

No ano de 1985 o decreto nº 91.542, de 19/8/85 veio substituir o PLIDEF pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), sendo o PNLD o programa utilizado atualmente

(Freitas; Rodrigues, 2008).

Mediante explanação, é possível verificar que o processo de avaliação dos livros didáticos passou por aperfeiçoamento ao longo do tempo, com a criação de programas diversos e a oportunidade de escolha do livro pelo professor (Freitas; Rodrigues, 2008).

O século XX também trouxe mudanças significativas com o desenvolvimento de novas teorias educacionais e métodos de ensino. Os livros didáticos passaram a incorporar essas novas abordagens, refletindo as tendências pedagógicas da época, como o construtivismo e o ensino centrado no aluno. Além disso, houve uma diversificação dos conteúdos para atender a diferentes contextos culturais e sociais (Moreira; Díaz, 2017).

Na atualidade os livros didáticos se encontram presentes no contexto escolar e passam cotidianamente pelas mãos de milhares de estudantes e professores. As editoras publicam novos títulos constantemente. Dados comprovam que até meados de 1993, o livro didático era o produto mais vendido pelas editoras (Bittencourt, 1993).

Nessa perspectiva, o livro didático é o material escolar mais utilizado nas escolas, seja elas públicas ou privadas. Para uma boa parcela dos professores o livro didático é fundamental quando o assunto é ensino, já para alguns outros ele é considerado como um obstáculo para a aprendizagem, que facilmente poderia ser substituído (Bittencourt, 1993).

Analogamente, Domingui (2010, p.2) menciona que nos últimos anos,

[...] o livro didático vem se tornando uma ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem, tanto que o Governo Federal lançou vários programas com o objetivo de difundir-lo para todos os alunos de escolas públicas do país.

Para Lajolo (1996) em sociedades como a brasileira, os livros didáticos são centrais na produção, circulação e a apropriação de conhecimento, sobretudo daqueles em que difusão a escola é responsável. Dentre a variedade de livros existentes, todos têm papel importante na escola. Silva (1996) também reitera que para grande parte dos professores brasileiros, o livro didático é como uma insubstituível muleta e na sua falta o professor fica sem substância para ensinar.

Entretanto, Bairro (2009) assevera que esse material não pode ser utilizado como se fosse uma muleta para amparar o professor em suas aulas, mas sim deve ser visto como uma janela para se obter outras novas aprendizagens. Nesse intento, o livro didático se constitui como uma tradição bastante forte dentro da educação brasileira, e assim o seu acolhimento acaba por ser independente da vontade dos professores (Silva, 1996).

Acrescenta-se a essas discussões na voz de Silva (1996) que o livro didático é uma forma imposta em que os estudantes precisam se encaixar. Porém, esse sistema que exige a memorização para passar nas avaliações prejudica o processo de ensino e aprendizagem, principalmente por fazer morrer as capacidades de análise, crítica e reflexão.

Atualmente, com a evolução tecnológica e científica, não

se pode negar que a tecnologia se faz presente nas escolas. E aqui cabe indagar que se essas tecnologias vierem a reproduzir os mesmos padrões do livro didático em nada se avançará (Silva, 1996).

Moreira e Díaz (2017) salientam que a Educação vem passando por transformações recentes no que tange as tecnologias digitais. A digitalização dos livros didáticos e o surgimento de recursos educacionais digitais estão transformando a forma como o conhecimento é transmitido e acessado.

Sendo assim, considerando as inovações tecnológicas e as mudanças nas demandas educacionais ressalta-se a importância de uma abordagem crítica e reflexiva na produção e utilização de livros didáticos, assim como a necessidade de adaptações contínuas às novas realidades educacionais (Moreira; Díaz, 2017).

Lajolo (1996) explica que o livro didático assume grande importância nas práticas pedagógicas nos últimos tempos, principalmente, em países no Brasil, em que a precária situação da educação faz com que ele acabe determinando conteúdos e estratégias de ensino: o que se ensina, como se ensina e o que se ensina.

Porém, Bizzo (2009) salienta que o livro didático se trata somente de material escolar de apoio, assim como outros que se fazem presentes e que podem contribuir para a melhoria do processo educativo.

De acordo com Bittencourt (1993) o livro didático é um objeto de múltiplas facetas que se faz presente em diferentes áreas do conhecimento, sendo utilizado em todos os anos escolares.

Na sociedade atual, capitalista, o livro didático se torna uma mercadoria. Não se pode abstrair do livro didático – a determinação de que ele é, antes de tudo, produzido para o mercado. Em todo caso, convém evitar o esquematismo simplista que vê em toda mercadoria a sombra do mal (e da indústria cultural). Afinal, um livro que conchama a derrubada do capitalismo é tão mercadoria quanto o que o exalta; o que conta é que um e outro vendam segundo uma estimativa. O importante é ter a exata noção de que a materialidade das relações que estão implicadas no livro, entre o autor e o leitor, é sobre determinada pelo mercado (Munakata, 2012).

Diversas são também as funções que o livro didático assume na escola, como analisa Choppin (2004, p. 553):

- a. Referencial, contendo o programa da disciplina ou uma interpretação dele;
- b. Instrumental, apresentando a metodologia de ensino, exercícios e atividades pertinentes àquela disciplina;
- c. Ideológica e cultural, vetor ‘da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes’;
- d. Documental, contendo documentos textuais e icônicos, ‘cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno’.

Mas apesar de todas essas funções, Domingue (2010) acredita que a função do livro didático é contribuir para o processo de ensino e aprendizagem como um suporte didático que visa a facilitar a transmissão de conhecimentos e auxiliar a apropriação destes pelos estudantes. O livro é um

instrumento pedagógico resultado de uma longa tradição e veículo portador de um sistema de valores, de uma cultura e ideologia (Bittencourt, 1993).

Diante da história do livro didático percebe-se que ele sofreu influências das leis de mercado, seguindo os princípios e a economia da sociedade para atingir um público certo. Além disso, a história do mesmo sempre esteve relacionada com os interesses educacionais, interesses esses voltados para a elite e o clero por muitos anos, sem dar entrada às classes dominadas (Bairro, 2009).

Nessa perspectiva, e diante de tais características o livro didático se torna objeto de estudo de muitos pesquisadores, e junto a isso alvo de críticas e elogios. Além disso, em muitos desses estudos proclama-se sua existência como recurso fundamental e indispensável no processo de ensino dentro das escolas (Bittencourt, 1993).

4 Conclusão

Conclui-se que nenhum material escolar sofreu tanto as influências das leis de mercado quanto o livro didático. Ele fez sua história seguindo os princípios e economia da sociedade em que atravessou e sempre teve por objetivo atingir um público certo. Há grande influência das políticas educacionais e das condições sociais na produção e utilização dos livros didáticos. As reformas educacionais, os movimentos sociais e as mudanças políticas são apresentados como fatores cruciais que moldam o conteúdo e a estrutura dos livros didáticos.

O livro didático na educação pode ajudar a nortear o planejamento do educador, sugerindo caminhos e sequências lógicas para a aprendizagem. Tendo o livro didático como ponto de apoio, fica mais fácil evitar lacunas na apresentação do conteúdo e o docente ganha mais liberdade para inovar nas estratégias de ensino. Todavia, como foi afirmado anteriormente, os livros não são apenas ferramentas pedagógicas ou material de apoio para o professor, são também artefatos culturais que refletem as normas e valores de suas épocas.

Ressalta-se que ainda existem professores que veem o livro didático como uma insubstituível muleta e sem ele estes professores se encontram incapazes de planejar e aplicar suas aulas. Nessa perspectiva, o livro destaca a dualidade dos livros didáticos como instrumentos de disseminação de conhecimento e como veículos de controle ideológico e cultural. Porém, o livro didático não pode ser utilizado como muleta para amparar o professor durante seu lecionado, deve servir como uma janela para outras considerações de aprendizagem.

Por fim, viu-se que com o advento da tecnologia o formato dos livros mudou, e a tecnologia não apenas transformou os seus formatos, mas também a maneira como as pessoas acessam e consomem os livros.

Referências

ANJOS, M. B.; RÔÇAS, G.; PEREIRA, M. V. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho

metodológico. *Ens. Saúde Amb.*, v. 12, n. 3, p. 27-39, 2019.

BAIRRO, C. C. *Livro didático: um olhar nas entrelinhas da sua história*. 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/files/2017/12/BAIRRO.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: USP, 1993.

BIZZO, N. *Ciências: fácil ou difícil?* São Paulo: Ática, 2008.

CAGLIARI, L.C. *Alfabetizando sem bá-bé-bi-bó-bú*. São Paulo: Scipione, 2009.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educ. Pesq.*, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

DOMINGUINE, L. Fatores que evidenciam a necessidade de debates sobre o livro didático. *CINFE*, Caxias do Sul, v. 5, 2010.

FREITAS, N. K.; RODRIGUES, M. H. *O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo*. DAPesquisa, v. 3 n. 5, p. 300-307, 2008.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, P. E. Ensino de Filosofia e uso do Livro Didático: um debate necessário. *Faz Pensar*, v. 28, n. 44, p. 133-147, 2019.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em aberto*, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, K. H.; DÍAZ, J. M. H. *História da educação e dos livros didáticos*. Campinas: Pontes, 2017.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paul. Enferm.*, v. 20, n. 2, p. 1-2, 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, E. T. Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. *Em Aberto*, v. 16, n. 69, 1996.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.